

VIII Assembleia Parlamentar da CPLP

Praia, 10 e 11 de janeiro de 2019



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

“CPLP – Uma Comunidade de Pessoas”

*Intervenção de Sua Excelência o Secretário Executivo da
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*

Embaixador Francisco Ribeiro Telles

Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde e
Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da
CPLP,

Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo
Verde,

Sua Excelência o representante do Presidente da Câmara dos
Deputados do Brasil e Presidente da AP-CPLP,

Suas Excelências os Senhores Presidentes e Vice-Presidentes dos
Parlamentos da CPLP,

Excelentíssimos Presidentes das Delegações Parlamentares à VIII
Assembleia Parlamentar da CPLP,

Sua Excelência a Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Representantes do corpo diplomático,

Ilustres convidados,

Senhoras e Senhores,

É com grande honra que faço uso da palavra perante
esta magna assembleia, poucos dias após o meu início de
funções como Secretário Executivo da Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa, naquela que é a minha primeira participação na reunião de um órgão estatutário.

Dirijo uma saudação especial a Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde e Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que calorosamente nos recebe na encantadora Cidade da Praia, à qual é um prazer renovado regressar.

Formulo, também, um agradecimento particular a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, pela criação de excelentes condições para a realização da VIII Assembleia Parlamentar da CPLP, subordinada ao Tema “*CPLP, uma Comunidade de Pessoas*”.

E a escolha deste tema não poderia ser mais oportuna. De facto, o interesse que a organização granjeia a nível internacional, como atesta o número crescente de observadores que se associam à nossa Comunidade – 19,

atualmente – parece não ser tão evidente no plano interno, junto das populações dos Estados-membros.

Esta não é uma questão nova. Por diversas vezes, e em diferentes ocasiões, responsáveis políticos da nossa Organização têm expressado o desejo de aproximar a CPLP dos seus cidadãos, procurando corresponder, de maneira mais concreta, às suas expectativas. Do mesmo modo, também as pessoas demandam, cada vez mais, resultados práticos da ação desenvolvida pela CPLP.

A este propósito, a Nova Visão Estratégica da CPLP, aprovada na Cimeira de Brasília, em 2016, para além de uma política de comunicação que promova essa aproximação, preconiza, também, a valorização do potencial das numerosas diásporas da CPLP, as quais preservam a influência da Língua que partilhamos, e que nos afirma, onde quer que se encontrem.

Nesta mesma linha, a última Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Cabo Verde, na

cidade de Santa Maria, consagrou as Pessoas, a Cultura e os Oceanos como os temas em que a CPLP se empenhará em elevar e consolidar as suas realizações.

Consolidar a CPLP como uma *Comunidade de Pessoas* significa, desde logo, facilitar a circulação e a mobilidade das pessoas no vastíssimo espaço transcontinental que abarcamos.

A mobilidade é essencial para fomentar o conhecimento mútuo, o estreitamento das relações sociais, culturais e económicas, não só entre as pessoas, mas também entre os Estados. Não é um desígnio de concretização imediata, é, isso sim, um processo gradual, ao qual vamos adicionando novas iniciativas, ao mesmo tempo que procuramos aperfeiçoar a implementação de instrumentos que já existem, como é caso dos Acordos de Brasília ou do Acordo de Concessão de Vistos a Estudantes, celebrado em 2007, e que visa promover a mobilidade académica.

No campo da mobilidade académica, a CPLP tem buscado respostas consentâneas com as aspirações dos estudantes, professores e investigadores dos nossos países, num trabalho desenvolvido em estreita parceria com a sociedade civil, nomeadamente com a Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP.

A Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP reiterou a importância do intercâmbio do conhecimento científico através da criação de redes temáticas de investigação e do reconhecimento de graus e diplomas académicos como fatores potenciadores do desenvolvimento socioeconómico e de saltos qualitativos tecnológicos, essenciais ao avanço das sociedades contemporâneas.

Continuaremos a acompanhar, com muito interesse, as diligências desenvolvidas pela AP-CPLP no sentido de impulsionar o *Programa Pessoa - Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento*, entretanto já apresentado à Reunião

Ministerial do Ensino Superior Ciência e Tecnologia, realizada em Brasília, em Junho de 2018.

De igual forma, no domínio da cultura, a mobilidade de artistas, criadores e outros agentes culturais no espaço da CPLP requer medidas que facilitem a circulação com vista ao incremento do intercâmbio cultural e à difusão da criação intelectual e artística.

Promover uma comunidade de Pessoas significa, também, alinhar a atuação da CPLP com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nos mais diversos setores, e trabalhar em estreita consonância com as organizações internacionais parceiras.

É disto exemplo o trabalho que vimos desenvolvendo em torno da promoção do direito humano à alimentação adequada nas políticas nacionais e nas ações da Comunidade, nomeadamente através da implementação da Estratégia de Segurança Alimentar, apontada pela FAO como um exemplo internacional de boas práticas.

A Estratégia de Segurança Alimentar associa plenamente a AP-CPLP, através do chamado Mecanismo de Facilitação da Participação dos Parlamentares na sua estrutura de governança, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. Esta participação tem sido plenamente conseguida através dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Economia, Ambiente e Cooperação da Assembleia Parlamentar.

Outro exemplo que aqui gostaria de referir prende-se com a luta contra a violência sobre mulheres e meninas, tema a propósito do qual este plenário aprovará uma declaração que, por certo, reforçará o empenho da CPLP neste desafio.

A Reunião de Ministras para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, realizada em Brasília, em 2017, aprovou o Plano de Ação até 2020. Deste Plano fazem parte 16 eixos que vão desde a integração horizontal desta temática nas atividades da CPLP, até à

promoção do empoderamento económico, político e cívico da mulher, contemplando, também, o aperfeiçoamento do quadro normativo dos Estados-membros e diversas campanhas de combate à violência e ao tráfico das mulheres.

Creio que nunca é demais lembrar, as mulheres representam mais de metade da população da CPLP e cujo contributo para o desenvolvimento, sobretudo no meio rural, encerra um enorme potencial transformador do qual importa tirar partido.

2018 foi declarado o *Ano da CPLP por uma Vida Livre de Violência contra Mulheres e Menina*. O plano de atividades previa uma estreita articulação com a presidência da AP-CPLP, ao nível das ações a desenvolver nos Parlamentos nacionais, e com a Rede de Mulheres Parlamentares, na identificação de aspetos a aperfeiçoar no ordenamento jurídico dos Estados-membros.

Gostaria, nesta ocasião, de saudar o trabalho desenvolvido pela Rede de Mulheres Parlamentares, na pessoa da sua presidente, Deputada Rosangela Gomes, e de formular votos de grande sucesso à próxima presidente.

A par com estes exemplos, há ainda vários outros que merecem referência a título de contributo para a consolidação da CPLP enquanto uma comunidade de pessoas, sem que seja possível esgotá-los nesta minha intervenção.

É o caso da luta contra o trabalho infantil; da adoção de uma agenda digital para a CPLP; da realização do Fórum da Sociedade Civil; ou a Declaração de 2019 como o Ano da CPLP para a Juventude, iniciativa em que queremos contar com o envolvimento da AP-CPLP, que se associará à cerimónia de abertura, prevista para dia 30 deste mês, na Sala do Senado da Assembleia da República de Portugal.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O papel que a Assembleia Parlamentar pode desempenhar na aproximação da Organização aos cidadãos é de grande importância. Desde logo pelo forte vínculo de representatividade que liga os parlamentos aos cidadãos, o que faz da AP-CPLP – enquanto órgão que reúne representações dos parlamentos nacionais - um verdadeiro vetor de afirmação comunitária. Acresce a capacidade dinamizadora e o papel impulsionador que os Parlamentos podem desempenhar, ampliado pelas suas competências legislativas (e fiscalizadoras), com impacto muito significativo sobre a vida dos cidadãos. No plano comunitário, as competências dos parlamentos na agilização da adoção de acordos firmados no âmbito da CPLP são, também, de grande importância.

O Secretariado Executivo tem seguido de perto a consolidação institucional em curso na AP-CPLP, e gostaria de reiterar a nossa total disponibilidade para assegurar toda a colaboração que a AP-CPLP entenda oportuna, não só nos aspetos relativos ao estabelecimento

do seu Secretariado Permanente, em Luanda, ou no que diz respeito às Missões de Observação Eleitoral, como também em torno de quaisquer outros temas de interesse convergente.

Por último, creio que o reforço dos mecanismos de diálogo interinstitucional trará vantagens não só para o aprofundamento das iniciativas aqui referidas, e que poderão ser alargadas a outros setores, mas também na conjugação de esforços com vista à promoção dos objetivos da CPLP, à difusão da Língua Portuguesa nas organizações internacionais e, enquanto língua de conhecimento e de cultura; e no reforço do sentimento de pertença dos cidadãos a uma comunidade de caráter e configuração singulares, irmanada num legado histórico partilhado e, sobretudo, numa vontade de futuro em parceria.

Muito obrigado.